

**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

Concurso Público para Provimento de Cargo de
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO
Edital 73/2022, de 23 de junho de 2022

GESTÃO AMBIENTAL

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 60 questões:

Disciplina	Quantidade	Peso
Língua Portuguesa	10	1
Legislação	10	1
Conhecimentos Específicos	40	2

Com base no texto abaixo, responda à questão 01.

TEXTO PARA A QUESTÃO 1

ASA BRANCA

Quando oiei' a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei' a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação?
Eu perguntei' a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação?
Que braseiro, que fornaia'
Nenhum pé de prantação'
Por farta' d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por farta' d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Inté' mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
Guarda contigo meu coração
Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
Guarda contigo meu coração
Hoje longe, muitas légua
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim vortar' pro meu sertão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim vortar' pro meu sertão
Quando o verde dos teus óio'
Se espaiar' na prantação'
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu vortarei', viu, meu coração
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu vortarei', viu, meu coração

Composição: Humberto Teixeira / Luiz Gonzaga
(Disponível em: <https://www.google.com/search?q=asa+branca+letra+original>. Acesso em: 27 jun. 2022).

1. Pelo entendimento que se faz do texto, percebe-se que:

- a) há uma crítica ferrenha às queimadas e, principalmente, aos caçadores de asa branca, ave símbolo do sertão brasileiro.
- b) há uma ironia em relação ao modo de falar nordestino, mostrando o coloquialismo da língua portuguesa em um patamar inferior.
- c) a intenção dos autores é mostrar que, embora o falar nordestino seja bonito e perfeitamente compreensível, deve-se utilizar a norma padrão da língua portuguesa na elaboração das músicas.
- d) o eu lírico foi embora, fugindo das condições adversas provocadas pela seca, mas, assim que tudo melhorar, vai buscar a companheira Rosinha.
- e) a volta do eu lírico para o sertão está condicionada ao fator geográfico.

Com base no texto abaixo, responda à questão 02.

TEXTO PARA A QUESTÃO 2

MONTE CASTELO

- 1. Ainda que eu falasse a língua dos homens
- 2. E falasse a língua dos anjos,
- 3. Sem amor eu nada seria.

- 4. É só o amor,
- 5. É só o amor
- 6. Que conhece o que é verdade.
- 7. O amor é bom, não quer o mal.
- 8. Não sente inveja ou se envaidece.

- 9. O amor é fogo que arde sem se ver.
- 10. É ferida que dói e não se sente.
- 11. É um contentamento descontente.
- 12. É dor que desatina sem doer.

- 13. Ainda que eu falasse a língua dos homens
- 14. E falasse a língua dos anjos,
- 15. Sem amor eu nada seria.

16. É um não querer mais que bem querer.
17. É solitário andar por entre a gente.
18. É um não contentar-se de contente.
19. É cuidar que se ganha em se perder.
20. É um estar-se preso por vontade.
21. É servir a quem vence o vencedor.
22. É um ter com quem nos mata lealdade.
23. Tão contrário a si é o mesmo amor.
24. Estou acordado e todos dormem
25. Todos dormem, todos dormem.
26. Agora vejo em parte.
27. Mas então veremos face a face.
28. É só o amor, é só o amor.
29. Que conhece o que é verdade.
30. Ainda que eu falasse a língua dos homens
31. E falasse a língua dos anjos,
32. Sem amor eu nada seria.

Renato Russo, com adaptação de trechos bíblicos e “Soneto 11”, de Luís de Camões.

(Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/legiao-urbana/monte-castelo.html> Acesso em: 27 jun.2022).

2. Pode-se afirmar que a repetição da palavra “É”, no início dos versos 16 a 22, caracteriza um recurso linguístico denominado:

- a) assonância.
- b) polissíndeto.
- c) onomatopeia.
- d) aliteração.
- e) anáfora.

TEXTO PARA A QUESTÃO 3

SALOMÉ E O CARNAVAL

Salomé tem o nome e já teve a glória.

Há muitos anos vive, com outros biscateiros e ambulantes, num porão de casa velha na rua Ipiranga – o que resta dos escombros do passado do Rio de Janeiro, que continua marchando para o que os entendidos chamam de progresso. Seu canto, onde deita o corpo macerado por muitos tormentos, é um compartimento escuro, pequeno, mal cabendo uma cama de solteiro, um armário magro e sua mesinha de passar roupas.

[...]

(BRASIL, Assis. Salomé e o Carnaval. In Caçua, coletânea de contos piauienses. Teresina: Fundapi, 2020. p. 41)

3. Sobre os processos de flexão observados em palavras presentes no texto, podemos afirmar:

- a) “Marchando” é uma flexão da palavra marcha.
- b) “Biscateiros” apresenta somente flexão de gênero.
- c) “Mesinha” não apresenta flexão de gênero.
- d) “Biscateiros” e “ambulantes” apresentam tipos diferentes de flexão.
- e) “Porão” apresenta flexão de grau.

TEXTO PARA A QUESTÃO 4

TODA ALEGRIA CANSADA MERECE UMA BÊNÇÃO

[...]

A maioria das pessoas leva um pedaço de casa nas costas: tudo aquilo que é necessário e que inclui objetos diários da vida prática, que limpam, alimentam o corpo, descarregam males da alma, preservam a saúde, pedaços de orações, minúcias rasuradas da Bíblia, escova de dente, comida-rápida: que as lembre do quão distante de casa estão e como será impossível voltar lá a qualquer momento. E as suas inflexões carregadas, dobradas, chiadas, esparsas e perversas, desafiam minha determinação. As pessoas carregam uma

segunda-feira irremediável a tiracolo. Algumas se arrastam, poucas parecem querer parar. O amor tem pressa, mas não chega a lugar algum.

[...]

(Raimundo Neto. Caçuá, coletânea de contos piauienses. Teresina: Fundapi, 2020. p. 183)

4. Após a leitura e análise do texto, podemos **AFIRMAR** que:

- a) o uso do sinal de dois pontos não poderia ser substituído por vírgulas ou travessões, pois mudaria o sentido expresso no texto.
- b) os verbos “limpam”, “alimentam”, “carregam” e “arrastam” referem-se a “objetos diários da vida prática”, por isso se encontram no plural.
- c) no trecho “que as lembre”, a concordância do verbo está relacionada ao termo “um pedaço de casa nas costas”.
- d) na sequência “**descarregam** males da alma, **preservam** a saúde, **pedaços** de orações, **minúcias** rasuradas da Bíblia”, as palavras destacadas deveriam estar empregadas obrigatoriamente no singular.
- e) o sujeito, implícito, de “não chega a lugar algum” é o próprio narrador.

TEXTO PARA A QUESTÃO 5

todos os dias são um deserto
isto também é uma fome

outra fome

o carcará persegue
os dias, *as imagens vindas*
dos dias, do alto

a sombra
e algum naufrágio depois do céu

e isto é imenso

(Lima, Manoel Ricardo de. *O Método da Exaustão*. Rio de Janeiro: Garupa, 2020, p.32).

5. Sobre o poema em questão, podemos **AFIRMAR** que:

- a) o termo “isto” tem como referente o termo “carcará”, utilizado no poema em sentido denotativo.
- b) a polissemia presente no texto é limitada à primeira estrofe, configurando-se no uso conotativo da palavra “deserto”.
- c) o principal elemento estilístico para a construção do texto é a utilização de parônimos.
- d) o caráter polissêmico do texto é tão metafórico que seus substantivos apresentam um sentido conotativo.
- e) “deserto” e “imenso” apresentam, no texto, uma relação semântica de antonímia.

TEXTO PARA A QUESTÃO 6

Soneto 45

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança:
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem (se algum houve) as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soía.

Fonte: ROMERO, A.; ALBERTO, J.; ROMERO, L. Enem – Exame Nacional do Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias. 5. ed. Teresina: Fundação Dom Quixote, 2015. p. 249.

6. No Soneto 45, Luiz Vaz de Camões fez uso frequente do pronome oblíquo átono “se”. Considere o texto e julgue as proposições, assinalando, em seguida, a alternativa **CORRETA**:

I - O uso do pronome oblíquo átono “se”, conforme ocorrência no último verso do poema, é facultativo, podendo ocorrer a próclise ou a ênclise.

II - O uso do pronome oblíquo átono “se”, no último verso, está inadequado à norma padrão da língua portuguesa.

III - O uso do pronome oblíquo átono “se”, no último verso, está adequado à norma padrão da língua portuguesa, pois o “não”, que é palavra negativa, torna obrigatória a ocorrência da ênclise.

IV. O uso do pronome oblíquo átono “se”, no último verso, está adequado à norma padrão da língua portuguesa, pois o “não”, que é palavra negativa, torna obrigatória a ocorrência da próclise.

- a) Apenas II está correta.
- b) Apenas III está correta.
- c) Apenas IV está correta.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Apenas I e IV estão corretas.

TEXTO PARA A QUESTÃO 7

Papo de Índio

Veio uns ômi de saia preta
cheiu de caixinha e pó branco
qui eles disseram qui chama açucrí
Aí eles falaram e nós fechamu a cara
depois eles arrepirum e nós fechamu o corpo
Aí eles insistirum e nós comemu eles
CHACAL. Belvedere. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 361.

7. Existem quatro tipos de variações linguísticas. A variação diatópica é aquela que depende do local onde vivem os falantes, que os influenciam.

(SOARES, A. Gramática de A a Z. Cascavel/PR: Editora Alfacon, 2019, p. 12).

O termo “arrepirum”, expresso no quinto verso do poema, é exemplo de variação diatópica. Também é exemplo de variação diatópica:

- a) A gente pode se vê hoje? Tipo, vamos dá um rolé.
- b) As mademoiselles eram bastante prendadas na cozinha. Atualmente, as moças preferem outras habilidades.
- c) O Chico num sabe proquê ocê tá aqui. Ele num disconfia de nadinha.
- d) O meliante fugiu e não deixou rastros, comandante.
- e) O pronome Vossa mercê deu origem a vossemecê que, por sua vez, evoluiu para vosmecê, do qual surgiu você.



Fonte: Brainly.com.br. Disponível em: motuca.sp.gov.br. Acesso em: 11jul.2022.

8. A charge acima apresenta um balão com os elementos verbais “Vou escrever a receita na sua mão. O hospital está sem papel”. A coerência do texto, aliada aos signos imagéticos e à expressão verbal “hospital público”, na charge, é engatilhada pela(s):

- a) crítica pela falta de materiais básicos no hospital público, como o papel para receitas médicas e equipamentos em mau estado de conservação.
- b) fisionomias do médico e paciente, ao perceberem que não há insumos básicos e materiais de expediente no hospital público.
- c) informação apresentada pelo médico, ao escrever a receita na mão do paciente.
- d) presença da expressão verbal “hospital público”, fora do balão da charge.

e) presença de equipamentos em péssimo estado de conservação, servindo de direcionamento para o leitor se voltar para o hospital público.

9. A imagem a seguir faz parte de uma campanha publicitária.



Disponível em: <https://www.abcdacomunicacao.com.br/no-ar-a-nova-campanha-publicitaria-da-dryko-impermeabilizantes/>. Publicado em: 18 mar. 2022. Acesso em: 04 jul. 2022.

A vírgula empregada na oração “O futuro, é hoje que a gente protege” tem como função:

- a) isolar o adjunto adverbial deslocado.
- b) isolar o vocativo.
- c) indicar a elipse de um termo.
- d) separar um termo topicalizado, que se deseja realçar.
- e) separar uma oração intercalada.

TEXTO PARA A QUESTÃO 10.

Bacamarte espetara na pobre senhora um par de olhos agudos como punhais. Quando ela acabou, estendeu-lhe a mão polidamente, como se o fizesse à própria esposa do vice-rei, e convidou-a a ir falar ao primo. A mísera acreditou; ele levou-a à Casa Verde e encerrou-a na galeria dos alucinados.

A notícia desta aleivosia do ilustre Bacamarte lançou o terror à alma da população. Ninguém queria acabar de crer que, sem motivo, sem inimizade, o alienista trancasse na Casa Verde uma senhora perfeitamente ajuizada, que não tinha outro crime senão o de interceder por um infeliz. Comentava-se o caso nas esquinas, nos barbeiros; edificou-se um romance, umas finezas namoradas que o alienista outrora dirigira à prima do Costa, a indignação do Costa e o desprezo

da prima. E daí a vingança. Era claro. Mas a austeridade do alienista, a vida de estudos que ele levava, pareciam desmentir uma tal hipótese. (...)

ASSIS, Machado de. Papéis avulsos. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013. p. 29.

10. Sem prejuízo de sentido do texto, o termo destacado em “A notícia desta **aleivosia** do ilustre Bacamarte lançou o terror à alma da população”, no início do 2º parágrafo, pode ser substituído por

- a) decorosidade.
- b) deslealdade.
- c) proibidade.
- d) franqueza.
- e) hombridade.

11. Nos termos do artigo 205 da Constituição Federal, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nessa perspectiva educacional, o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais não se inclui a(o):

- a) garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- b) gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
- c) piso salarial profissional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei estadual.
- d) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- e) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.

12. Considere as seguintes assertivas sobre as normas que regem o processo administrativo disciplinar dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para, em seguida, marcar a alternativa **CORRETA**:

I - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

II - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

III - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão,

cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

- a) Está correta apenas a alternativa I
- b) Estão corretas apenas as alternativas I e II
- c) Estão corretas apenas as alternativas I e III
- d) Estão corretas somente as alternativas II e III
- e) Estão corretas as alternativas I, II e III

13. Segundo a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, **NÃO** é objetivo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

- a) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.
- b) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- c) Ministrando, em nível de educação superior, cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.
- d) Realizar e estimular prioritariamente a pesquisa básica, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- e) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

14. Em demanda judicial, promovida por ex-servidor público municipal, o município ALPHA acabou por receber uma sentença condenatória, em primeiro grau, ao pagamento de valores remuneratórios, de natureza trabalhista, frutos da relação irregular de um contrato temporário. Diante da demanda, o município ALPHA recorreu em todas as instâncias, não logrando êxito,

sendo mantida a condenação no pagamento do valor de R\$ 200 mil reais ao ex-servidor público municipal. Dessa forma, retornando o processo para cumprimento de sentença, o magistrado de 1ª instância determinou o bloqueio de todas as contas do município ALPHA, para fins de pagamento da dívida trabalhista, fato que atingiu o valor de R\$ 150 mil reais em conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Dessa forma, diante do caso hipotético, é **CORRETO** afirmar:

- a) Agiu de maneira correta o magistrado, posto que o direito social à educação, nos termos do art. 6º e art. 205 da Constituição Federal, não justifica especial proteção a valores de aplicação efetiva dos recursos públicos destinados ao fomento da educação.
- b) Agiu de maneira correta o magistrado, pois a sentença trabalhista tem especial proteção frente aos valores destinados ao fomento à educação, não ensejando violação ao direito social à educação.
- c) Agiu de maneira incorreta o magistrado, pois a decisão judicial de bloqueio não pode atacar nenhuma conta do ente público, considerando que os bens públicos são indisponíveis, não cabendo bloqueio judicial para fins de pagamento de verbas trabalhistas.
- d) Agiu de maneira incorreta o magistrado, pois os princípios da separação dos poderes e do fomento à educação são violados por decisões judiciais que gerem bloqueio, penhora ou sequestro, para fins de quitação de débitos trabalhistas, de verbas públicas destinadas à manutenção das escolas públicas.
- e) Agiu de maneira correta o magistrado, posto que o direito social à educação, nos termos do art. 6º e art. 205 da Constituição Federal, não impede decisões judiciais que gerem bloqueio ou penhora, para fins de quitação de débitos trabalhistas, de verbas públicas destinadas à manutenção das escolas públicas.

15. A Lei n.º 8.112/1990 dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Dessa forma, de acordo com a referida lei, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A Lei n.º 8.112/90 não se aplica às instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, que deverão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas nacionais, de acordo com as normas e os procedimentos de leis específicas para tais fins.
- b) A Lei n.º 8.112/90 se aplica às universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, que poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos da referida Lei.
- c) A Lei n.º 8.112/90 se aplica às instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, apenas quanto ao provimento dos cargos de professores e técnicos, descartando, ainda, o provimento de cientistas estrangeiros, considerando ser função exclusiva de brasileiros natos.
- d) A Lei n.º 8.112/90 se aplica às universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, mas reserva, no provimento de cargo, apenas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso para pessoas portadoras de deficiência, por ser essa a margem legal no dispositivo federal.
- e) A Lei n.º 8.112/90, por se aplicar às universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, permite a transferência como forma de provimento de cargo público, considerando cargo de natureza e padrão de vencimento correspondentes ao que ocupava o servidor transferido.

16. A educação profissional e tecnológica é regida por princípios norteadores necessários à formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas. A respeito dos princípios básicos da educação profissional e tecnológica, devem ser observados os seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) A interdisciplinaridade deve ser assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular.

b) Respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, sendo vedada qualquer prática que configure ideologia.

c) Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

d) Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes.

e) A inserção da tecnologia apenas na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos.

17. Sobre a Educação e suas atribuições, analise as assertivas e assinale a alternativa **CORRETA**:

I - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

II - Fica vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

III - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de vários direitos, como a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 3 (três) anos de idade.

IV - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

V - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Desse modo, o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

- a) Todas estão corretas.
- b) Somente II e III estão erradas.
- c) I, II e III estão erradas.
- d) Somente III e IV estão erradas.
- e) Somente a III está errada.

18. A respeito das licenças dos servidores públicos federais, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I do art. 81 da Lei nº. 8112/1990, salvo quando licenciado para fins de capacitação.

b) A licença de que trata o art. 81 da Lei nº. 8112/1990, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses, sendo que o início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da segunda licença concedida.

c) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

d) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, mesmo em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

e) Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos cinco anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

19. Segundo o STF:

a) não há direito líquido e certo à expedição de diploma com validade nacional se o curso de mestrado não é reconhecido, tendo em vista que as universidades não podem descumprir as normas gerais de educação em nome do princípio da autonomia universitária.

b) não há direito líquido e certo à expedição de diploma com validade nacional, ainda que o curso seja reconhecido, sem que haja autorização específica do chefe do executivo federal.

c) a administração das universidades públicas federais está subordinada ao MEC, razão pela qual este exerce as funções de controladoria interna.

d) sempre viola autonomia universitária ato de Ministro da Educação que determina o reexame de decisão proferida por determinada universidade.

e) a autonomia universitária retira das autarquias dedicadas a educação a qualidade de integrantes da administração pública indireta.

20. Assinale a alternativa **CORRETA**, à luz da lei de diretrizes e bases da educação nacional:

a) A educação básica, obrigatória e gratuita, deve ser fornecida pelo Estado dos 6 aos 16 anos.

b) A educação básica, obrigatória e gratuita, deve ser assegurada para todos os que não tiveram o acesso a ela na idade própria.

c) A educação infantil, em creche e pré-escola, deve ser garantida pelo Estado para crianças até 06 anos de idade.

d) A educação infantil, somente em pré-escola, deve ser garantida pelo Estado para crianças até 05 anos de idade.

e) A educação infantil, somente em pré-escola, deve ser garantida pelo Estado para crianças até 06 anos de idade.

21. Existe uma grande variedade de métodos para a avaliação de impactos ambientais (AIA). Dentre eles está aquele que possibilita integrar as causas e consequências dos impactos através da identificação das inter-relações entre as causas e os fatores ambientais impactados, podendo incluir os efeitos de segunda e terceira ordem. Esse método é comumente apresentado no formato de fluxograma para facilitar as relações estabelecidas. A descrição refere-se à qual método de AIA?

- a) Listagem.
- b) Rede de Sorensen.
- c) Simulações.
- d) Método Ad-Hoc.
- e) Matriz de Leopold

22. Sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto na Lei Federal nº 10.257/2001, marque a alternativa **CORRETA**

- a) Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
- b) Os documentos integrantes do EIV não ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.
- c) A elaboração do EIV substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).
- d) O EIV será executado de forma a contemplar apenas os efeitos negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.
- e) O EIV não levará em conta, na sua análise, a valorização imobiliária.

23. A base para um sistema de gestão ambiental (SGA) é fundamentada no conceito Plan-Do-Check-Act (PDCA), um processo utilizado pelas organizações para alcançar a melhoria contínua. Sobre o SGA, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Na etapa Act, poderão ser feitas melhorias,

como ação corretiva, inovação e reorganização.

b) É desenvolvido exclusivamente para empresas de médio e grande porte, em virtude dos necessários investimentos para adequação da área ambiental.

c) Um SGA abrange as medidas administrativas e operacionais que uma empresa deve tomar para impedir ou amenizar os impactos negativos de suas atividades sobre o meio ambiente, estabelecendo normas e objetivos que serão compartilhados pelos diferentes setores da organização.

d) Possibilita às organizações melhor condição de gerenciamento para seus aspectos e impactos ambientais.

e) Pode alavancar os resultados financeiros das organizações, uma vez que atua na melhoria contínua de seus processos e serviços.

24. De acordo com a definição, a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) é uma técnica para avaliar os aspectos ambientais e os potenciais impactos existentes durante todo o ciclo de vida de um produto ou serviço. Uma fábrica de temperos em Corrente/PI, denominada “Corrente Temperos”, tem interesse em implementar a ACV no seu processo produtivo. Para tanto, entra em contato com um Gestor Ambiental, a fim de saber quais são as principais características dessa técnica. São repassadas as seguintes informações/características:

I. A análise do ciclo de vida do produto permite a identificação e a avaliação das oportunidades de minimizar os impactos ambientais negativos e maximizar os impactos positivos;

II. A ACV segue padrões da Norma ISO 14040, que prescrevem uma revisão crítica do projeto do produto/serviço;

III. Avalia a maneira mais eficaz para reduzir o impacto de um produto, além da necessidade de se engajar com fornecedores e consumidores finais, para buscar a minimização de impactos para além das unidades produtivas da empresa.

IV. AACV também é conhecida pela expressão “do berço ao túmulo”.

Quais das informações/características sobre a ACV estão **CORRETAS**?

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II, III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

25. Considere a situação abaixo.

A degradação ambiental é uma situação prevista no ordenamento legal. No município de Corrente/PI, principalmente nos pequenos sítios, é comum a queimada das áreas de preservação permanente localizadas à beira de corpos hídricos, para “limpar a terra”. Essa ação gera degradação desses espaços.

Meses após adquirir a propriedade de um pequeno sítio, “Alfonso” é notificado pela fiscalização da autoridade ambiental competente, no sentido de que tal área apresentaria sinais de degradação. Ao adquirir o imóvel, “Alfonso” estava ciente da referida restrição, bem como da mencionada degradação, que era preexistente. “Alfonso” comprou a propriedade de “Cazinho”.

A partir da situação descrita, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Tanto “Alfonso” quanto “Cazinho” são responsáveis.
- b) “Alfonso” é responsável, ainda que não tenha sido quem causou a degradação da área, na medida em que a responsabilidade deriva de obrigação *propter rem*.
- c) “Alfonso” não é responsável por qualquer dano ao meio ambiente, na medida em que a degradação já existia quando o imóvel foi adquirido. Assim, a responsabilidade deve recair sobre o proprietário anterior, “Cazinho”.
- d) “Alfonso” e “Cazinho” não possuem nenhuma responsabilidade. A responsabilidade de recuperar a área é do órgão ambiental competente.
- e) “Cazinho” agiu de maneira correta, pois

a área de preservação permanente deve ser retirada para melhorar a função ambiental com o corpo hídrico.

26. Considere a seguinte situação.

As auditorias ambientais podem ser definidas como um procedimento sistemático através do qual a organização irá avaliar sua adequação a critérios ambientais preestabelecidos, que podem ser: normas técnicas, requisitos legais, requisitos definidos por clientes ou pela própria empresa. Existem diferentes tipos de auditorias conforme o objetivo.

O Posto de Combustíveis “Pedra & Outono”, localizado na cidade de Corrente/PI, deseja realizar uma auditoria para desinstalar as bombas de combustíveis, tanques de armazenamento e desativar o posto.

Esse tipo de auditoria desejada é específica e somente utilizada quando existe o fechamento de uma indústria ou de um empreendimento com alto potencial poluidor. O objetivo dessa auditoria é verificar se o local não apresenta riscos futuros tanto ao meio ambiente quanto à população. Qual é esse tipo de auditoria?

- a) Auditoria de sistema de gestão ambiental.
- b) Auditoria de descomissionamento (*decommissioning*).
- c) Auditoria de certificação ambiental.
- d) Auditoria de conformidade legal (*compliance*).
- e) Auditoria de desempenho ambiental.

27. Ismael é proprietário da Fazenda Olho D’Água, em Corrente/PI, cuja principal atividade econômica é a produção de tilápias, em escala industrial. Considere que o estado no qual a fazenda está inserida possui Zoneamento Ambiental, anterior ao início da citada atividade, que disciplina a atividade de forma diversa da praticada na Fazenda Olho D’Água. A atividade, nesse caso:

- a) Pode continuar, pois a competência para o Zoneamento Ambiental é exclusiva da União.
- b) Deve ser suspensa até que haja a ratificação do Zoneamento Ambiental Estadual

pelo Município.

- c) Pode continuar a ser desenvolvida, pois o Zoneamento Ambiental não é norma cogente.
- d) Deve ser adequada às normas do Zoneamento Ambiental, sob pena de paralisação da atividade.
- e) Pode continuar, pois a competência para o Zoneamento Ambiental é exclusiva do Município.

28. O artigo 4º da Lei nº 6.938/1981 listou os objetivos específicos da Política Nacional de Meio Ambiente. Já o artigo 9º enunciou instrumentos necessários para o alcance de tais objetivos.

Dentre os instrumentos citados pelo artigo 9º, assinale a alternativa que exemplifica um deles.

- a) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- b) Recuperação de áreas degradadas.
- c) Equidade social.
- d) Zoneamento ambiental.
- e) Estabelecimento de padrões tecnológicos e de emissão.

29. A Cota de Reserva Ambiental (CRA) foi uma inovação do Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) e se refere a um título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação, que corresponde a uma área excedente à Reserva Legal que foi inscrita no Cadastro Ambiental Rural.

Sobre a CRA, marque a alternativa que **NÃO** corresponde a uma situação que admite sua expedição.

- a) Uma CRA pode ser expedida sob regime de servidão ambiental, conforme artigo 9º - A, da Lei nº 6.938/81.
- b) ACRA pode ser expedida em áreas urbanas, de acordo com o artigo 3º, III, do Novo Código Florestal, considerando que não há definição clara de área rural na legislação ambiental.
- c) É admitida expedição de CRA em favor dos proprietários de imóveis rurais, na Amazônia Legal, que possuam índice de Reserva Legal maior que 50% de cobertura vegetal e que

não realizaram a supressão da vegetação nos percentuais previstos pela legislação até o advento da Medida Provisória 2.166-67/2001.

d) A CRA pode ser expedida na forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural.

e) Uma CRA pode incidir em propriedade rural localizada no interior de uma Unidade de Conservação de domínio público que ainda não tenha sido desapropriada.

30. Considere o fragmento de texto abaixo.

A Resolução CONAMA nº 237/1997, em seu artigo 1º, define Licenciamento Ambiental como um "procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso".

(BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/CONAMA%20237_191297.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2022.)

No que diz respeito ao Licenciamento e à Licença Ambiental, do qual trata a resolução acima citada, marque a alternativa **CORRETA**.

a) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio não dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), sendo suficiente que a atividade conste na lista de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, presente no anexo 01 da referida resolução.

b) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), não pode, em nenhuma situação, delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, pois o artigo 4º da Resolução já determina as situações que são de exclusivo licenciamento deste órgão.

c) Durante o procedimento de licenciamento ambiental, o órgão ambiental competente pode solicitar esclarecimentos e complementações uma vez, antes da audiência pública.

d) Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e vizinhos e atividades similares ou que sejam integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

e) Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor, mas o custo de análise para a obtenção da licença ambiental, pelo órgão ambiental competente será de inteira responsabilidade deste último.

31. A Resolução CONAMA nº 357/2005 dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, classificando as águas em doces, salobras e salinas.

No que tange à classificação de águas doces, marque a alternativa **CORRETA**.

a) Na classe especial, as águas podem ser destinadas, além do consumo humano, com desinfecção, à preservação de ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.

b) Na classe 1, as águas podem ser destinadas à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas.

c) Na classe 2, as águas podem ser destinadas à recreação de contato secundário, como mergulho.

d) Na classe 3, as águas não podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano.

e) Na classe 4, as águas podem ser destinadas à irrigação de culturas forrageiras.

32. De acordo com a Resolução CONAMA nº 01/1986, a Audiência Pública tem o objetivo de expor aos interessados o conteúdo do Estudo de

Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, apresentados dentro de um processo de licenciamento ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito do empreendimento proposto.

Considerando a importância da Audiência Pública, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, marque a alternativa **CORRETA**.

I – A Audiência Pública contribui para o exercício da gestão participativa, pois pode ser solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

II – Caso seja solicitada uma Audiência Pública e esta não seja realizada pelo órgão ambiental competente, a licença ambiental não terá validade.

III – Mesmo sendo realizada uma Audiência Pública, não poderão ser pedidos novos esclarecimentos e complementações, caso estes já tenham sido solicitados ao empreendedor anteriormente.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

33. Considere o trecho a seguir.

Amarante é um município do estado do Piauí que possui cerca de 17 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta cidade, existe uma comunidade quilombola chamada Mimbó, certificada pela Fundação Palmares. O Quilombo Mimbó reúne manifestações culturais da cultura negra, como o Pagode do Mimbó, e é alvo de visitas de turistas e pesquisadores, durante todo o ano, que procuram conhecer a cultura e a história do quilombo, contada pela matriarca da comunidade, dona Idelzuíta Paixão, do alto de uma caverna onde os escravos fugitivos se escondiam há centenas de anos.

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Piauí. Bens Negros: referências culturais em comunidades quilombolas do Piauí.

Supondo que existe a pretensão de se instalar um grande empreendimento nas proximidades da comunidade quilombola Mimbó, marque a alternativa **CORRETA**, no que diz respeito às obrigatoriedades e instrumentos do Estatuto da Cidade.

a) Não será obrigatória a elaboração do plano diretor para a cidade de Amarante-PI, pois este apenas se faz obrigatório para cidades que tenham mais de 20 mil habitantes.

b) É possível que o plano diretor seja obrigatório para a cidade de Amarante-PI, caso o empreendimento possa trazer significativo impacto ambiental regional ou nacional.

c) Deve-se observar o zoneamento estabelecido no plano diretor da cidade de Amarante-PI, que já deve ter sido criado por ser obrigatório, conforme o Estatuto da Cidade, e verificar a necessidade de estudos complementares para a implantação do empreendimento.

d) Na situação descrita, será estritamente necessária a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança, já que este é um instrumento de política urbana estabelecido pelo Estatuto da Cidade e que independe de leis municipais.

e) Caso haja lei municipal que defina sobre as atividades que dependerão da elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, não será mais necessário que seja elaborado o Estudo de Impacto Ambiental, mas apenas o Relatório de Impacto Ambiental.

34. Acerca da Lei Estadual nº 5165/2000, que dispõe, dentre outras providências, sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos do estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, marque a alternativa **CORRETA**.

I – A Política Estadual de Recursos Hídricos tem como duas de suas diretrizes a gestão sistemática de recursos hídricos e a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos.

II – A cobrança pelo uso de recursos hídricos tem o objetivo de incentivar a racionalização do uso da

água sem, no entanto, reconhecer a água como um bem econômico.

III - O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Porém, o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais independe de outorga pelo poder público.

IV - Os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas constituem instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos e podem contemplar, dentre outros, a avaliação de alternativas de crescimento demográfico, de evolução das atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa IV está correta.
- c) Apenas a afirmativa I está errada.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está errada.

35. A Lei Estadual nº 6497/2017 dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental no estado do Piauí, estabelece os prazos e procedimentos para a emissão de licenças, declarações e autorizações ambientais e dá outras providências.

No que diz respeito à referida lei, analise as situações descritas a seguir e marque a alternativa **CORRETA**

- a) Nos casos em que o empreendedor seja órgão público, o processo de licenciamento ambiental deve ser realizado por órgão ambiental federal, que irá averiguar a situação de titularidade da área, item necessário ao licenciamento nessa situação específica, visto que não é permitido o uso de área de terceiros, mesmo com autorização ou com a finalidade de utilidade pública.
- b) Caso o empreendedor obtenha uma Autorização Ambiental (AA) para realizar uma atividade de exploração de recurso natural, cujos planos, programas e projetos tenham sido aprovados pelo órgão competente e estejam

dentro das normas técnico-legais, a ele será dispensada a exigência das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação.

c) Em casos de empreendimentos públicos voltados para a conservação ambiental, o processo de licenciamento ambiental deverá ser simplificado, em virtude da necessidade de aprovação locacional.

d) Conforme a lei estadual citada, pode haver situações em que não sejam demandados estudos ambientais para o licenciamento ambiental, desde que façam parte de planos de desenvolvimento aprovados e que sejam empreendimentos de pequeno e médio porte, os quais não gerem impactos ambientais significativos.

e) Os processos de licenciamento ambiental, em que a área pretendida para implantação do empreendimento tenha sido reprovada pela análise prévia do setor de geoprocessamento, deverão ser arquivados, sendo obrigatório ao empreendedor a apresentação de nova alternativa locacional.

36. Para contribuir com a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o poder público pode, na forma de União, Estado ou Município, instituir medidas que estimulem a produção sustentável e a redução na geração de resíduos sólidos.

Sobre os instrumentos econômicos referidos na Lei nº 12305/2010, marque a alternativa **CORRETA**:

a) Consórcios públicos que buscam a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos não têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal, a não ser que obedeçam a critérios diferenciados, estabelecidos pelos próprios bancos financiadores.

b) Adescontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs, não está dentre as atividades sujeitas a linhas de financiamento, pois entende-se como ação de compensação relativa a processos de licenciamento ambiental.

c) Apenas União e Estados podem instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitando as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a

indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional.

d) Desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos, bem como o desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida podem ser alvo de medidas indutoras e/ou linhas de financiamento instituídas pelo poder público, reconhecendo que educação, conhecimento e pesquisa também podem constituir formas de gerenciamento ambiental.

e) A implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda pode ter incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, por parte apenas do município, entendendo-se que esta é uma responsabilidade própria da gestão local, por envolver cidadãos em condições socioeconômicas específicas que requerem assistência e proteção social.

37. Considere o trecho a seguir.

As comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu enfrentam, historicamente, questões territoriais, como a concentração da estrutura fundiária e litígios de terra, desmatamentos, queimadas e o esgotamento de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento local sustentável. Esse cenário contribuiu para a evidência das quebradeiras de coco tanto como protetoras do ecossistema quanto como parte impactada nos conflitos de terra. Em face disso, essas comunidades se organizaram, na década de 90, e formaram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB), que atua nos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará. Este movimento tem como um de seus principais objetivos a luta pelo livre acesso à terra e a preservação da identidade étnica e cultural das quebradeiras de coco babaçu.

(LIMA, Carmen Lúcia Silva; GAIOSO, Arydimar Vasconcelos (Orgs.) In: SANTOS, Francisca Rodrigues dos. *Chica Lera: a história dos movimentos sociais e a luta das Quebradeiras de coco babaçu no Piauí*. Manaus: UEA Edições/PNCS, 2019.)

Recentemente, esse movimento tem apresentado como proposta, em forma de projeto de lei, a transformação das áreas de babaçuais em unidades de conservação.

Com base nas características ecossistêmicas dos babaçuais, no modo de vida das comunidades de quebradeiras de coco e na sua atuação dentro dessa região ecológica e dentro do sistema produtivo do babaçu, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I – As áreas de babaçuais podem ser transformadas em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), tendo em vista que podem abrigar populações tradicionais que vivem em sistemas de exploração sustentável dos recursos naturais de forma adaptada às condições ecológicas locais. A RDS é de domínio público e, nesse caso, não são permitidas desapropriações de terras privadas, em nenhuma situação.

II – As áreas de babaçuais podem ser transformadas em Áreas de Proteção Ambiental (APA's), pois trata-se de uma extensa área natural que objetiva conservar processos naturais, adequar e manter atividades humanas adaptadas às características ambientais da área;

III – As áreas de babaçuais podem ser transformadas em Reservas Extrativistas (RESEX), cujo objetivo principal consiste na proteção dos meios de vida e da cultura de populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da área;

IV – Em face dos conflitos de terra e da definição de propriedade privada, presentes na Constituição Federal, a melhor opção é transformar as áreas de babaçuais em Reservas Extrativistas, que não envolvem desapropriação de terras privadas por se tratar de áreas de domínio público;

V – Algumas das vantagens em se transformar áreas de babaçuais em Áreas de Proteção Ambiental, e não Reserva Extrativista, podem ser o fato de que as APA's se configuram como áreas extensas, aspecto importante ao considerar a descontinuidade geográfica e a característica ecológica de sucessão secundária das áreas de babaçuais, e de que, respeitados os limites constitucionais, há a possibilidade de serem estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

38. Leia o fragmento abaixo.

O Mosaico de Unidades de Conservação está tratado no Decreto nº 4.340/2002, o qual veio regulamentar artigos da Lei nº 9985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O primeiro Mosaico de Unidades de Conservação do Brasil foi criado, conforme o decreto, em 2005, no estado do Piauí, o Mosaico Capivara-Confusões. Ao mesmo tempo, foi criado um Corredor Ecológico, integrando as duas unidades que o compõe.

Sobre o Mosaico de Unidades de Conservação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O significado da palavra mosaico, adotado pelo SNUC, refere-se, exclusivamente, a um conjunto de características similares referentes à paisagem ambiental de ecossistemas interdependentes, a fim de manter suas funções ecossistêmicas.
- b) Mosaico, nesse caso, diz respeito, sobretudo, a um modelo de gestão integrada de Unidades de Conservação (UC's) que visa regular, dentre outras coisas, as atividades realizadas nas fronteiras das unidades, incrementar o monitoramento ambiental dessas áreas e planejar a alocação de recursos oriundos de compensação ambiental.
- c) A existência de Corredores Ecológicos está atrelada à existência de Mosaicos de Unidades de Conservação, pois é por meio dos corredores que se dará a efetivação do objetivo do Mosaico, possibilitando a interação genética, a preservação da biodiversidade e a manutenção das funções ecossistêmicas de UC's com características ambientais similares.
- d) A ausência de Corredores Ecológicos entre as UC's não impossibilita a criação de Mosaicos, bem como a ausência de Mosaicos não impede a criação de Corredores Ecológicos entre UC's, pois ambos são instrumentos similares de

preservação ambiental, com os mesmos fins e não precisam, necessariamente, coexistir. Em casos de Mosaicos que não possuam corredores ecológicos, serão observadas as Zonas de Amortecimento das UC's.

e) Compete ao conselho do Mosaico otimizar a relação com a população residente na área e podem participar do conselho de um Mosaico, Organizações Não Governamentais (ONG's), associações de pescadores, de moradores, representantes quilombolas, dentre outros, com exceção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Sindicatos e Secretarias Municipais, por possuírem caráter diferente do objetivo do Mosaico.

39. Leia a informação a seguir.

A valoração ambiental propõe valores econômicos para recursos naturais, simulando um mercado hipotético para estes bens, mas sem estabelecer um preço definido. Segundo Pearce (1993), trata-se de mensurar as preferências dos indivíduos sobre as alterações em seu ambiente e não de transformar um bem ambiental em um produto de mercado.

PEARCE, D. W. Economic values and the natural world. Massachusetts: The MIT Press, USA, 1993.

No que diz respeito à valoração ambiental, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Em um processo de valoração ambiental, deve ser considerado o quanto um indivíduo está disposto a pagar pela melhoria de um determinado recurso ambiental e o quanto está disposto a aceitar uma piora na oferta deste mesmo recurso.

b) O Valor econômico total do recurso natural compreende o somatório do valor de uso e do valor de não-uso, sendo que o valor de uso (VU) pode ser direto ou indireto, referindo-se, por exemplo, à extração de um recurso e ao usufruto de serviços ecossistêmicos, respectivamente.

c) Os métodos de valoração ambiental fundamentam-se em valores de uso e podem ser sensíveis à renda, mas não incluem questões morais, culturais e éticas relativas à existência de um determinado recurso ambiental, pois são ideias difíceis de serem alocadas em uma fórmula matemática.

d) Métodos Indiretos de Valoração estimam o valor de um bem ambiental, por meio de uma função de produção, calculando o impacto de uma alteração do recurso ambiental na atividade econômica.

e) Não é possível medir o valor de um recurso ambiental com precisão, cada método de valoração tem suas limitações e nem sempre a valoração deve ser aplicada, devido à dificuldade de quantificação de benefícios gerados, sendo possível ainda que a valoração ambiental reforce desigualdades já existentes.

40. Considere a situação abaixo.

A empresa estrangeira "Extração de Diamantes S.A" tem interesse em iniciar a mineração de diamantes no extremo sul do Estado do Piauí, no município X. Considere a hipótese que uma porção do terreno escolhido para a extração situa-se em Área de Proteção Ambiental (APA) instituída pela União. O imóvel onde se pretende implementar a atividade mineradora está integralmente localizado dentro do município X. Também deve ser levado em consideração que o município X faz fronteira com o estado do Maranhão e o impacto da atividade será local. Na situação hipotética, o município X possui órgão ambiental estruturado para realizar o licenciamento. Em virtude do desconhecimento sobre a arcabouço legal e administrativo brasileiro, a "Extração de Diamantes S.A" contrata um consultor ambiental para ajudar em todos os trâmites da obra.

Levando em conta as competências administrativas em matéria ambiental, assinale a alternativa **CORRETA**.

a) A competência para o licenciamento é uma ação administrativa da União.

b) A competência para o licenciamento é uma ação administrativa do município X.

c) A competência para o licenciamento é uma ação administrativa do Estado do Piauí.

d) Em vista das características descritas, a "Extração de Diamantes S.A" poderá escolher licenciar a atividade perante o órgão ambiental municipal, estadual ou federal.

e) A atividade não precisa passar pelo licenciamento em virtude dos ganhos sociais e econômicas para a região.

41. Leia o fragmento de texto abaixo.

"(...) A campanha será inserida na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 1999), [...] — as práticas voltadas a sensibilizar a coletividade e convocá-la a participar ativamente da defesa do meio ambiente. Segundo o projeto, o Junho Verde será promovido pelos governos federal, estaduais e municipais em parceria com os vários núcleos da sociedade civil: escolas e universidades, empresas e comércio, igrejas, comunidades tradicionais, populações indígenas e entidades em geral. A campanha deverá incluir ações variadas que cumpram objetivos como disseminação de conhecimento, mudança de hábitos de consumo e inovação socioeconômica (...)"

Fonte: Agência Senado (Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/07/senado-aprova-campanha-junho-verde-para-conscientizacao-ambiental>>. Acesso em 19 de julho de 2022).

A Lei nº 14.393/2022 altera a Política Nacional de Educação Ambiental e cria a Campanha Junho Verde, supracitada no trecho acima. A campanha Junho Verde está enquadrada na modalidade:

- a) Formal, através de disciplina específica no currículo de ensino.
- b) Formal, através de projeto transdisciplinar específico.
- c) Não formal, através de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.
- d) Não formal, através do eixo formativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- e) Não formal, através de curso de pós-graduação *stricto sensu*.

42. A Lei nº 14.393/2022 altera a Política Nacional de Educação Ambiental, e cria a Campanha Junho Verde. Sobre essa Campanha, será observado o conceito de:

- a) Ecologia Profunda, “onde os recursos naturais não devem ser conservados apenas para a manutenção das necessidades humanas.”
- b) Ecologia Integral, “que inclui dimensões

humanas e sociais dos desafios ambientais.”

- c) Ecologia de Populações, “como o estudo científico das interações que determinam a distribuição e abundância dos organismos.”
- d) Ecologia Humana, “como o estudo do desenvolvimento das populações humanas e sociedades e suas interações com o ambiente.”
- e) Ecologia de Paisagem, “área de conhecimento dentro da ecologia, marcada pela existência de duas principais abordagens: uma geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; e outra ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos, e a importância destas relações em termos de conservação biológica.”

43. O *Benchmarking ambiental* é uma técnica utilizada em:

- a) Gestão ambiental de empresas.
- b) Elaboração de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA).
- c) Avaliação de Impacto Ambiental.
- d) Análise físico-química de recursos hídricos.
- e) Análise biológica de microrganismos.

44. O Projeto de Lei (PL) nº 4.752/2012, que atualmente está arquivado, propõe a resolução da maquiagem verde, atuando em consonância ao já estabelecido na Lei 9.605/1998. Este PL obriga empresas e organizações a explicar a propaganda sobre sustentabilidade ambiental em seus produtos e serviços, que podem estar presentes em rótulos ou material de publicidade. Este Projeto de Lei (PL) combateria qual prática abaixo?

- a) Benchmarking
- b) Greenwashing
- c) Screening
- d) Mining data
- e) Painting

45. O Decreto n.º 20.498/2022 obriga, no estado do Piauí, a implementação, estruturação e operacionalização de sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos

sólidos. Quem está obrigado a executar?

- a) Fabricantes, sediados no Piauí, e independentemente de serem aderentes ou signatários de termo de compromisso ou outro instrumento de caráter nacional.
- b) Importadores, sediados no Piauí ou não, e independentemente de serem aderentes ou signatários de termo de compromisso ou outro instrumento de caráter nacional.
- c) Distribuidores, sediados no Piauí ou não, e independentemente de serem aderentes ou signatários de termo de compromisso ou outro instrumento de caráter nacional.
- d) Comerciantes, sediados no Piauí, e independentemente de serem aderentes ou signatários de termo de compromisso ou outro instrumento de caráter nacional.
- e) Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes sediados, ou não, no Estado do Piauí, e independentemente de serem aderentes ou signatários de termo de compromisso ou outro instrumento de caráter nacional.

46. Um fiscal do órgão ambiental competente, após fiscalizar empresas que estavam localizadas em um parque industrial próximas a um córrego, coletou efluente lançado por uma indústria de processamento de couro. Ao analisar os resultados, *in loco*, e das análises de laboratório com os padrões de lançamento disponíveis na resolução CONAMA nº 357/2005, o fiscal viu que o efluente apresentava temperatura de _____, acima do limite, e _____ de gordura animal, o dobro do permitido. O valor do nitrogênio amoniacal total foi de _____, exatamente o limite preconizado pela norma. Porém o que mais chamou atenção do técnico foi o valor medido de cromo total _____, que estava vinte vezes maior do que o máximo constante na tabela.

Complete respectivamente as lacunas do texto acima, utilizando a alternativa **CORRETA** e assinale-a:

- a) 60°C, 100mg/L, 20mg/L N e 10mg/L Cr.
- b) 35°C, 100mg/L, 20mg/L N e 5mg/L Cr.
- c) 50°C, 100mg/L, 10mg/L N e 10mg/L Cr.
- d) 70°C, 40mg/L, 20mg/L N e 5mg/L Cr.
- e) 35°C, 40mg/L, 10mg/L N e 10mg/L Cr.

47. De acordo com a Resolução CONAMA nº 357/2005, os corpos aquáticos superficiais são classificados de acordo com os usos preponderantes em águas doces, salinas e salobras. As águas salobras – Classe 1 – poderão ser destinadas, **EXCETO**:

- a) Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado.
- b) À irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película
- c) À aquicultura e à atividade de pesca.
- d) À preservação dos ambientes aquáticos, em unidades de conservação de proteção integral.
- e) À irrigação de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto.

48. A Resolução CONAMA nº 01/86 estabelece as definições, responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Com base na resolução, analise as afirmações abaixo.

I - Dependerá de elaboração de EIA/RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de Projetos urbanísticos, acima de 40ha.

II - No estudo de impacto ambiental, deve-se definir a área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.

III - O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe disciplinar habilitada que, na ausência de profissionais externos, poderá ser dependente do proponente do projeto.

IV – O proponente do projeto poderá apresentar de forma facultativa no relatório de impacto ambiental (RIMA), do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Assinale:

- a) Se somente os itens I e II estiverem corretos.
- b) Se somente o item II estiver correto.

- c) Se somente os itens II e III estiverem corretos.
- d) Se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- e) Se somente o item I estiver correto.

49. Um produtor rural dispõe de uma pequena propriedade, em área rural consolidada com área de 5 (cinco) módulos fiscais, localizada no sul do estado do Piauí, onde planta soja em forma de monocultura. A propriedade possui área de reserva legal com vegetação nativa de cerrado, com extensão inferior ao preconizado na Lei nº 12.651/2012, ocupando apenas 5% da área da propriedade. Valendo-se da lei do novo código florestal, é **CORRETO** afirmar que o produtor, em relação a situação da reserva legal em sua propriedade:

- a) Poderá fazer o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal, desde que não exceda 50% da área total a ser recuperada.
- b) Precisarà plantar espécies de vegetação nativa até ocupar, no mínimo, 10% da propriedade.
- c) Poderá fazer o plantio apenas de espécies exóticas de rápido crescimento, para que possa cumprir o prazo de um ano para regularização.
- d) Não precisará intervir, pois se trata de propriedade em áreas consolidadas, onde não há obrigação legal.
- e) Deve utilizar apenas espécies vegetais nativas, sendo vedada a possibilidade de exploração econômica.

50. As Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas protegidas por possuírem características e funções ambientais importantes relacionadas à preservação, por exemplo, de recursos hídricos, geológicos, paisagem e proteção do solo. São critérios utilizados para delimitar uma APP, **EXCETO**:

- a) As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- b) As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- c) O entorno de reservatórios artificiais de

água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

- d) As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais.
- e) Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

51. A Lei nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que trouxe como um de seus instrumentos a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos. De acordo com a referida Lei, estão sujeitos a outorga pelo poder público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, **EXCETO**:

- a) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- b) Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo.
- c) Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- d) Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- e) As derivações, captações, lançamentos, e acumulações de volumes de água considerados insignificantes.

52. A norma NBR ISO 14031:2015 discorre sobre as diretrizes para a avaliação de desempenho ambiental (ADA) nas organizações. Dentre outras definições, a norma versa que a ADA "é um processo contínuo de coleta e avaliação de dados e informações para fornecer uma avaliação atual de desempenho, bem como as tendências de desempenho ao longo do tempo". Esta norma apresenta duas categorias de indicadores, sendo que uma delas diz respeito aos Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA), os quais incluem:

- a) Indicador de Desempenho de Gestão (IDG) e Indicador de Desempenho Operacional (IDO).
- b) Indicador de Desempenho Operacional

(IDO) e Indicadores de Condição Ambiental (ICA).

- c) Indicadores de Condição Ambiental (ICA) e Indicador de Desempenho de Gestão (IDG).
- d) Indicadores de Gestão Eficiente (IGE) e Indicador de Desempenho de Gestão (IDG).
- e) Indicador de Desempenho Operacional (IDO) e Indicadores de Gestão Eficiente (IGE).

53. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, “A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com estados, distrito federal, municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos”. Com base na referida lei (PNRS), considere as afirmações abaixo.

I - Um dos objetivos da PNRS é a redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos, incluindo os radioativos.

II - É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos, cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal.

III - O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, as iniciativas de descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs.

IV - Para municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

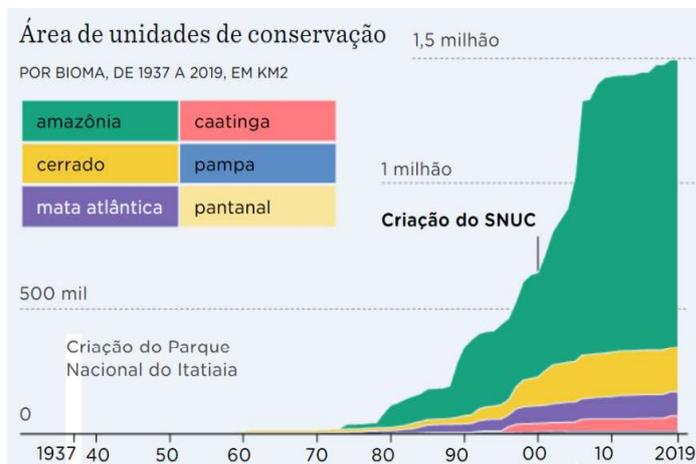
- a) I, III e IV
- b) II e IV
- c) II
- d) II, III e IV
- e) II e III

54. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi aprovada após mais de duas décadas de discussões, no âmbito técnico e político. Trouxe elementos e inovações importantes para a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos no

Brasil, entre eles os instrumentos que orientam a aplicação da lei. Nesse contexto, são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, **EXCETO**:

- a) Os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos.
- b) O Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA).
- c) Os acordos setoriais.
- d) O enquadramento dos corpos d’água receptores de efluentes tratados provenientes de aterros sanitários.
- e) O Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).

55. A Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para criação, implementação e gestão das unidades de conservação. Como pode ser visto na figura abaixo, após a lei entrar em vigor houve um aumento significativo das áreas de unidades de conservação.



Disponível em: [https://pp.nexojournal.com.br/Dados/2022/06/27/O-que-s%C3%A3o-e- onde- ficam-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-do-Brasil](https://pp.nexojournal.com.br/Dados/2022/06/27/O-que-s%C3%A3o-e-onde- ficam-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-do-Brasil)
Acesso em: 10 jul. 2022.

Em relação às categorias e características das unidades de conservação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido o uso direto e indireto.
- b) Na Estação Ecológica, podem ser permitidas

visitas com o limite diário de 100 pessoas.

- c) A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.
- d) Nas Florestas Nacionais, não é admitida a permanência de populações tradicionais, mesmo as que habitavam a área antes de sua criação legal.
- e) O Parque Nacional é uma unidade de uso sustentável.

56. A ISO 14001 é uma norma genérica, discorre sobre os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), e sua aplicação pode ser possível em qualquer organização, pública ou privada, de diferentes setores ou tamanho. Em relação aos seus elementos relacionados à aplicação da norma, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A definição dos objetivos ambientais deve anteceder a política ambiental e trazer elementos associados aos aspectos ambientais significativos.
- b) A organização deve identificar e ter acesso a requisitos legais aplicáveis e a outros requisitos subscritos pela organização, relacionados aos seus aspectos ambientais.
- c) A organização deve viabilizar apenas as auditorias externas, para não influenciar nos resultados mensurados.
- d) As organizações buscam seguir a norma para cumprir obrigações e pendências legais.
- e) As não conformidades são falhas relacionadas apenas aos requisitos legais que podem ocorrer relacionadas ao funcionamento do SGA.

57. Considere o trecho abaixo.

A valoração ambiental busca, entre outras coisas, internalizar variáveis relacionadas ao uso dos recursos naturais que, muitas vezes, estão fora do espectro econômico. Em relação aos processos erosivos, Motta (1997) destaca que estes custos “são muitas vezes negligenciados pelos produtores e pelo poder público. Uma das causas mais importantes é o fato desses custos não serem totalmente refletidos nos preços de mercado dos insumos e produtos agrícolas”.

MOTTA, R. S. *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

No que diz respeito aos métodos de valoração, faça a correlação e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I - Preços hedônicos.
- II - Análise da produtividade marginal.
- III - Custo de reposição.
- IV - Método de Custo Evitado

() Baseia-se no custo de repor os nutrientes (geralmente, os estudos enfocam nitrogênio, fósforo e potássio) perdidos no solo, através do uso de fertilizantes.

() O custo da erosão é medido pela quantidade de produto agrícola que deixou de ser produzido, em função da ação da erosão.

() Utiliza os preços das propriedades para estimar o valor econômico da erosão do solo.

- a) III, II e I
- b) III, IV e I
- c) II, IV e I
- d) I, II e III
- e) IV, II e I

58. Leia o fragmento.

A Rotulagem Ambiental é um forma de apresentar determinadas características de um produto para o público em geral. Para alguns autores, a rotulagem ambiental é um forma de estimular o consumo sustentável bem como modificar as práticas empresariais no aspecto ambiental. Nesse sentido, essa prática surgiu da necessidade de atestar os produtos que possuem um diferencial produtivo relacionado a uma maior qualidade ambiental.

Sobre essa temática, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Na classificação das normas ISO sobre rotulagem ambiental, há dois tipos de programas de rotulagem: Rótulo Tipo I e Rótulo Tipo II.
- b) O símbolo do "Anjo Azul" pode ser considerado um rótulo tipo II.
- c) A NBR ISO 14020 traz em seu escopo dez (10) princípios gerais.
- d) Um rótulo ou declaração ambiental pode aparecer sob a forma de um símbolo ou

elemento gráfico no rótulo, mas não na forma de texto.

e) A rotulagem Tipo I exige certificação de terceira parte.

59. Quando dois ou mais municípios passam a formar uma única malha urbana, na qual não se percebe facilmente os limites territoriais entre eles, no contexto da Geografia Urbana, acontece um fenômeno chamado de conurbação. O processo de urbanização desses espaços trazem diversos impactos ambientais. Entre eles, pode-se destacar, **EXCETO**:

- a) Permeabilidade do solo.
- b) Surgimento e/ou aumentos das ilhas de calor.
- c) Poluição visual.
- d) Poluição sonora.
- e) Ocupação habitacional em áreas de risco (margens de rios, encostas).

60. O conceito de degradação de terras se refere à deterioração dos solos para uso presente e futuro. As perdas ocorrem principalmente por causa das principais formas de erosão (vento e água) e das deteriorações química e física. Podem ser consideradas exemplos de deterioração química, **EXCETO**:

- a) Degradação de nutrientes do solo (principalmente nitrogênio, fósforo e potássio) ou matéria orgânica.
- b) Subsidência de solos orgânicos.
- c) Salinização do solo.
- d) Acidificação.
- e) Poluição de diversas origens (acumulação de lixo, uso excessivo de pesticidas ou fertilizantes, derramamento de óleo).